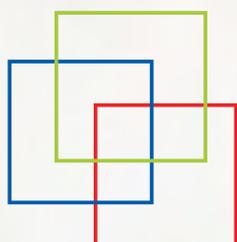




Organização
Internacional
do Trabalho

100
1919-2019



FORTALECENDO OS SINDICATOS DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

Módulo 1: Formação Política para
Trabalhadoras Domésticas

Fortalecendo os Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas

Copyright © Organização Internacional do Trabalho (OIT) 2019
Primeira impressão 2019

As publicações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) possuem direitos autorais de acordo com o Protocolo 2 da Convenção Universal dos Direitos Autorais. No entanto, pequenos trechos delas podem ser reproduzidos sem autorização, desde que a fonte seja indicada. Para direitos de reprodução ou de tradução, a solicitação deve ser feita para ILO Publications (Direitos e Licenciamento), CH-1211 Geneva 22, Switzerland, or by email: rights@ilo.org. A Organização Internacional do Trabalho é favorável a essas solicitações.

Bibliotecas, instituições e outros(as) usuários(as) registrados em uma organização de direitos de reprodução podem fazer cópias de acordo com as licenças que lhes foram emitidas para esse fim. Visite www.ifrro.org para encontrar a organização de direitos de reprodução em seu país.

Título principal: Fortalecendo os sindicatos de trabalhadoras domésticas

Idioma: Edição em português

ISBN:978-92-2-134109-3 (impresso)

ISBN: 978-92-2-134110-9 (pdf)

ILO Cataloguing in Publication Data

As designações empregadas nas publicações da OIT, que estão em conformidade com a prática das Nações Unidas, e a apresentação de seu material não implicam a expressão de qualquer opinião por parte da Organização Internacional do Trabalho sobre o status legal de qualquer país, área ou território ou de suas autoridades ou sobre a delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade pelas opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições cabe exclusivamente a seus autores, e a publicação não constitui um endosso pela Organização Internacional do Trabalho das opiniões expressas neles.

A referência a nomes de empresas e produtos e processos comerciais não implica seu endosso pela Organização Internacional do Trabalho, e qualquer falha em mencionar uma empresa, produto ou processo comercial específico não é um sinal de desaprovação.

Informações sobre publicações e produtos digitais da OIT podem ser encontradas em www.ilo.org/publns.

Impresso no Brasil

Ficha Técnica

Martin Hahn

Diretor do Escritório
da OIT no Brasil

Anne Caroline Posthuma

Especialista de Emprego
e Empresas

Andréa Bolzon

Oficial Sênior de Programação

Sonia Levi

Assistente Sênior da Programação

Denise Santos

Oficial de Comunicação
e Informação

Renato Mendes

Oficial Sênior de Operações

Philippe Marcadent

Chefe de Mercados de Trabalho
Inclusivos, Relações e Condições
de Trabalho da OIT em Genebra

Claire Hobden

Oficial Técnica de Trabalho
Decente para Trabalhadoras
e Trabalhadores Domésticos
da OIT em Genebra

Luiza Batista

Presidente da FENATRADE

Creuza de Oliveira

Secretária Geral da FENATRADE

Cleide Pinto

Gerente de Capacitação
da FENATRADE

Jana Silverman

Diretora do Solidarity Center

Adriana Paz

Coordenadora da Federação
Internacional das Trabalhadoras
Domésticas

Adalgisa Soares

Redação de textos

Louisa Acciari

Validação de conteúdos

Marcia Vasconcellos

Revisora final de conteúdos

Júlio Leitão

Projeto gráfico

Gleydson de Lima

Capa e diagramação final

Athalaia Gráfica e Editora

Impressão

PREFÁCIO

Temos o prazer de apresentar estes módulos de capacitação que visam o fortalecimento da organização sindical das trabalhadoras domésticas. A produção destes módulos é fruto de uma caminhada conjunta de colaboração entre a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e o Solidarity Center. A FENATRAD corretamente defende seu lema: “Nada por nós sem nós”, e, assim, cada passo no desenvolvimento dos módulos foi realizado conjuntamente através de muita consulta e comunicação.

O resultado é um material que trata de temas importantes para as trabalhadoras domésticas e que são desenhados para ser de fácil uso e replicação pelas afiliadas em todo o Brasil. A metodologia adotada, de estimular rodas de conversa, é uma maneira muito direta de alcançar as trabalhadoras domésticas, aumentar seu conhecimento a respeito de seus direitos, e assim, promover seu empoderamento.

É importante refletir sobre o “porque” de produzir estes módulos. Apesar da sua importância, o trabalho doméstico tem sido tratado historicamente de forma diferente e desvalorizada. Muitas vezes não é visto como “trabalho” e a categoria não é reconhecida como trabalhadoras. Como consequência importante, observa-se uma lacuna de direitos trabalhistas. A taxa de sindicalização da categoria é baixa, atualmente em torno de 3% (IBGE, 2018). Apesar dos desafios, houve avanços importantes na conquista dos direitos na legislação nacional e normas internacionais do trabalho para as trabalhadoras domésticas, em grande parte como resultado da representação e atuação sindical. Assim, a representação sindical é chave. Isso faz a diferença e muda a história.

O Brasil teve uma representação sindical das trabalhadoras domésticas na Conferência Internacional do Trabalho em 2010 e 2011 nas quais foram realizadas discussões que levaram à adoção da Convenção da OIT sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras Domésticas e os Trabalhadoras Domésticos (nº189, de 2011). Neste contexto, e levando em consideração a ratificação da Convenção nº 189 pelo Brasil em 2018, avaliou-se ser de extrema relevância desenvolver este material para apoiar e fortalecer a conscientização, mobilização e sindicalização da categoria.

Martin Hahn
Diretor Escritório
da OIT no Brasil

Luíza Batista
Presidenta Fenatrad

Jana Silverman
Diretora Solidarity Center
no Brasil e Paraguai

PASSO À PASSO

Como usar os módulos de formação?

I. O que são esses módulos?

Esse material de formação tem por objetivo fortalecer os sindicatos de trabalhadoras domésticas. A formação é destinada à base dos sindicatos, para integrantes e futuras integrantes entenderem melhor o papel do seu sindicato e serem mais ativas.

Os módulos foram pensados para que cada sindicato possa organizar seu calendário de formação e atividades de maneira autônoma. Cada dirigente é capaz de conduzir os módulos de formação e cada sindicato pode usar esse material de forma independente. Instituições parceiras dos sindicatos também podem apoiar as atividades de condução dos módulos de formação.

São 6 módulos, divididos em subtemas:

Módulo 1

Formação política para trabalhadoras domésticas

Tema 1: O trabalho doméstico: gênero, raça e classe

Tema 2: Movimentos organizados: o movimento feminista, o movimento negro e o movimento sindical

Tema 3: História de luta das trabalhadoras domésticas organizadas e suas conquistas legislativas

Tema 4: Possibilidades de atuação do sindicato

Módulo 2

Legislação nacional e normas internacionais

Tema 1: Legislação nacional: a luta das trabalhadoras domésticas por reconhecimento e justiça

Tema 2: A Convenção 189 da OIT: trabalhadoras organizadas de todo mundo lutando juntas

Tema 3: Emenda Constitucional 72/2013 e Lei Complementar 150/2015: conquistas das trabalhadoras domésticas

Módulo 3

Os sindicatos de trabalhadoras domésticas: organização, função e história

Tema 1: Estrutura sindical e organização das trabalhadoras domésticas no Brasil

Tema 2: Para quem servem os sindicatos de trabalhadoras domésticas?

Tema 3: Conhecendo a história do seu sindicato

Módulo 4

Condições de trabalho

Tema 1: Trabalho digno e seguro

Tema 2: Direitos para todas: as trabalhadoras domésticas imigrantes

Tema 3: Trabalho doméstico desprotegido: diaristas e microempreendedoras individuais

Tema 4: Saúde das trabalhadoras domésticas: autocuidado

Módulo 5

Planejamento

Passo 1: Definir quem somos e o que fazemos

Passo 2: Discutir problemas

Passo 3: Criar a árvore explicativa do problema

Passo 4: Identificar as causas para intervenção

Passo 5: Definir os objetivos e resultados a serem alcançados

Passo 6: Desenhar as ações

Passo 7: Acompanhar o plano de ação

Módulo 6

Comunicação

Tema 1: Comunicação com a base



Tema 2: Comunicação com os parceiros e aliados

Tema 3: Campanhas

Cada módulo têm uma temática própria, porém, todos apresentam discussões que se entrecruzam e dialogam entre si. Os 6 módulos podem ser realizados conjuntamente ou separadamente, e **não precisam ser conduzidos em uma ordem específica**. O sindicato deve avaliar sua situação e suas prioridades para definir qual ou quais módulos de formação utilizar, e qual ou quais temas de cada módulo abordar em suas atividades.

II. Como os módulos estão estruturados?

Cada módulo contém uma introdução que apresenta seu tema geral. Posteriormente, são apresentados subtemas, organizados de forma a garantir uma melhor compreensão do tema geral de cada módulo.

Em cada subtema são apresentados:

1. textos contendo dados e informações para subsidiar as discussões;
2. um guia para conversar, que apresenta orientações para a condução das discussões com as participantes, contendo sugestões de dinâmicas e perguntas orientadoras.

III. Como preparar as atividades de formação?

Antes da formação, as formadoras deverão se reunir e, de forma conjunta:

- ler o módulo de formação selecionado (parte informativa + guia para a conversa);
- selecionar os temas a serem abordados;
- preparar a programação da atividade de formação, com horários e responsáveis para cada tema escolhido

Para a preparação de cada módulo de formação serão necessários de 1 a 2 dias de trabalho. Para a realização da atividade de formação referente a cada módulo será necessário no mínimo 1 dia. Este tempo poderá ser adaptado de acordo com as necessidades e temas selecionados para discussão.

IV . Que material utilizar?

Para todos os módulos, o material básico necessário é:

- ▶ bloco de papel formato A3
- ▶ fita crepe ou durex
- ▶ canetas coloridas hidrocor ou pincel atômico.

Se possível:

- ▶ tirar cópias das cartilhas que acompanham cada módulo
- ▶ disponibilizar blocos de papel e canetas para as participantes.

Importante: Definir uma relatora da atividade de formação é fundamental para garantir um registro das discussões realizadas, gerando subsídios que poderão auxiliar na organização das atividades subsequentes. É fundamental também para a memória do sindicato.

ROTEIRO MÓDULO 1

Introdução e boas vindas. Objetivo dessa formação: entender melhor as razões estruturais que explicam a desvalorização do trabalho doméstico.

TEMA 1

O trabalho doméstico: gênero, raça e classe

Ao final da discussão, é importante que as participantes tenham discutido as seguintes ideias:

- Gênero, naturalização do trabalho doméstico como um trabalho de mulheres, sexismo.
- Racismo, racismo institucional, exploração do trabalho das pessoas negras. Classe trabalhadora, condições de vida da classe trabalhadora, trabalho doméstico é um trabalho como todos os outros.
- A interação entre gênero, raça e classe na realidade da trabalhadora doméstica.

1 Distribua ou leia o questionário sobre trabalho doméstico para as participantes.

Comentar as respostas em grupo:

- ▶ Para as perguntas 1 à 3, explique a noção de divisão sexual do trabalho e naturalização das mulheres como responsáveis pelo trabalho doméstico.
- ▶ Para as perguntas 4 e 5, explique a noção de racismo institucional e legado da escravidão.
- ▶ Para as perguntas 6 a 8, explique a noção de classe e de exploração do trabalho

No final, explique de que forma gênero, raça e classe combinados formam um ciclo de desigualdades e desvalorização do trabalho doméstico.

2 Pergunte às trabalhadoras sobre os problemas comuns que as preocupam e faça a relação entre esses problemas e as opressões de gênero, raça e classe.

Apresente a cartilha “ciclo de desigualdades” e distribua um exemplar para cada participante.

TEMA 2

Movimentos organizados: o movimento feminista, o movimento negro e o movimento sindical

Ao final da discussão, é importante que as participantes tenham refletido sobre as seguintes ideias:

- As prioridades dos movimentos sindical, feminista e negro.
- As articulações possíveis entre as demandas das trabalhadoras domésticas e desses movimentos.

1 Relate para as participantes as parcerias do sindicato com os outros movimentos.

2 Com as participantes, desenhe uma tabela com as demandas principais das participantes de um lado, e do outro, o nome do movimento que poderia apoiar essa demanda.

Reforce os pontos de encontro entre o sindicato e os demais movimentos.

3 Manter o registro desta atividade para utilizar posteriormente.

TEMA 3

História de luta das trabalhadoras domésticas organizadas e suas conquistas legislativas

Ao final da discussão, é importante que as participantes tenham discutido as seguintes ideias:

- A importância do sindicato para a conquista de direitos para a categoria.
- O sindicato como espaço para o fortalecimento coletivo das trabalhadoras domésticas.
- A importância da participação de todas as trabalhadoras para o fortalecimento do sindicato.

1 Conte a história do movimento ao nível nacional

- ▶ Laudelina de Campos Mello
- ▶ As associações nos anos 1960 e os primeiros encontros nacionais
- ▶ A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que garante às trabalhadoras domésticas o direito à carteira assinada
- ▶ O Quinto Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas, realizado em 1985
- ▶ A Constituição Federal de 1988
- ▶ A criação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) em 1997 e a filiação à Central Única dos Trabalhadores (CUT).
- ▶ A Lei nº 10.208, de 23 de Março de 2001, que garantiu a inclusão das trabalhadoras domésticas no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- ▶ A Lei nº 11.324, de 19 de julho de 2006, que aumentou as férias da trabalhadora doméstica para 30 dias, proibiu a demissão arbitrária sem justa causa da trabalhadora gestante e por cinco meses após o parto, além de proibir o desconto no salário por alimentação e moradia.
- ▶ A Emenda Constitucional nº 72, de 2 de Abril de 2013, que altera o artigo 7º da Constituição Federal para garantir uma série de direitos às trabalhadoras domésticas.

Conte também a história do seu sindicato e como ela se insere na história mais ampla da luta das trabalhadoras domésticas por seus direitos.

- 2** Pergunte às participantes se elas sabem quais direitos elas têm, e construa junto com elas a tabela dos direitos, reforçando a cada lei a luta dos sindicatos para conquistá-la.
- 3** Explique para quê serve um sindicato: conquista e defesa dos direitos, representação das trabalhadoras, negociações coletivas e espaço de apoio mútuo.
- 4** Atividade em grupo: peça para que as participante pensem em uma demanda prioritária, e faça um plano de ação para atender a essa demanda.

TEMA 4

Possibilidades de atuação do sindicato

Ao final dessa discussão, é importante que as participantes tenham discutido as seguintes ideias:

- Possibilidades de atuação do sindicato, para além da via legislativa e da negociação coletiva.
- As experiências desse sindicato com a negociação com governos locais e estaduais.

- 1** Explique os diferentes níveis de ação: federal, estadual, municipal
- 2** Retome as demandas as demandas sistematizadas referentes aos temas 2 e 3, e analise com as participantes quem é responsável pelo atendimento dessas demandas. Governo Federal? Governos estaduais ou municipais? Outras instâncias?
- 3** Retome o plano de ação da atividade anterior e atribua tarefas e responsabilidades a cada participante para realizar esse plano.

Ao encerrar, informe as participante sobre as próximas atividades do sindicato. Pergunte se há temas que elas queiram conversar e tente incluí-las na organização das próximas atividades.

Explique novamente a importância do sindicato e do envolvimento ativo das trabalhadoras domésticas com suas atividades.

Ideias de dinâmica

- ✓ Ao falar seu nome, pedir às participantes para contar a história do seu nome.
- ✓ Pedir para que cada participante apresente uma outra participante, dizendo seu nome e uma qualidade dessa pessoa.
- ✓ Incentivar cada participante a se apresentar falando um adjetivo positivo que a caracterize.
- ✓ Propor uma dinâmica do tipo “dança das cadeiras”, durante a qual cada participante que ficar sem cadeira deve se apresentar às outras. A última a se apresentar, que ganhou o jogo, deve lembrar os nomes de todas as outras.
- ✓ Formar um círculo, e começar as apresentações da esquerda para direita. Cada participante deve falar seu nome e o nome das participantes que se apresentaram antes dela.

Fortalecendo os Sindicatos de Trabalhadoras Domésticas

MÓDULO 1

Formação Política para Trabalhadoras Domésticas

Neste módulo, utilizaremos a expressão “trabalhadora doméstica” no feminino, uma vez que a categoria é composta em sua maioria por mulheres. Entretanto, é importante ressaltar que homens também compõem a categoria e a utilização do gênero feminino não tem como objetivo excluir sua participação nas atividades.

Lembramos que, durante todo o treinamento, é fundamental incluir as trabalhadoras domésticas imigrantes que residem em sua região. Elas têm os mesmos direitos das trabalhadoras domésticas brasileiras.

Introdução

Este módulo foi desenvolvido para apoiar o seu sindicato em atividades de formação política para a base. Apresentamos abaixo sugestões de temas e roteiros para discussão, que podem ser utilizados da forma como estão apresentados ou adaptados, de acordo com as necessidades de seu sindicato.

A liderança do sindicato deve considerar a realidade de suas companheiras para adaptar o tema e as atividades propostas, caso seja necessário. Este material deve ser considerado como um apoio para que as lideranças dos sindicatos de trabalhadoras domésticas utilizem seu conhecimento e sua experiência para formar novas integrantes do sindicato.

O presente módulo se divide em quatro partes:

- 1** a primeira parte trata de como as estruturas de gênero, raça e classe afetam a vida das trabalhadoras domésticas;
- 2** a segunda parte trata da agenda comum dos movimentos negro, feminista e sindical e das trabalhadoras domésticas organizadas;
- 3** a terceira parte apresenta brevemente a história da luta organizada das trabalhadoras domésticas e suas principais conquistas;
- 4** a última parte apresenta algumas possibilidades de atuação política para o sindicato

Antes do treinamento

PREPARAÇÃO DA LIDERANÇA DO SINDICATO

Promova uma reunião com as integrantes da diretoria do sindicato e qualquer outra pessoa filiada que se interesse em colaborar com a aplicação deste módulo de treinamento

1. Discussão do conteúdo deste módulo:

Nesta reunião, uma pessoa deverá se voluntariar para ser a coordenadora da roda de conversa sobre formação política para as novas integrantes do sindicato.

A coordenadora da roda de conversa e outras companheiras do sindicato devem ler o módulo e discutir as atividades propostas com antecedência. Esse grupo deve:

- ▶ definir se o roteiro proposto será mantido ou alterado;
- ▶ caso decidam por fazer alterações, especificar quais alterações serão feitas;
- ▶ recuperar a história do sindicato: quando foi criado; por quem; que pessoas e grupos apoiaram as atividades do sindicato no passado; quem apoia no presente; entre outras perguntas propostas ao longo do módulo;
- ▶ determinar dia, horário e local para o treinamento;

2. Recrutamento de participantes:

Com o auxílio do Módulo 6, discuta os métodos para recrutar pessoas para participar desse treinamento e, no futuro, se filiar ao sindicato.

No dia do treinamento

COMECE COM UMA DINÂMICA PARA AS PARTICIPANTES SE APRESENTAREM. SUGESTÕES DE DINÂMICAS:

Solicitar às participantes que se apresentem, dizendo seu nome e que contem brevemente a história de seu nome.

Solicitar a cada participante que apresente uma outra participante, dizendo seu nome, e uma qualidade dessa pessoa.

Incentivar cada participante a se apresentar, dizendo seu nome e uma qualidade que caracteriza.

Organizar a “dança das cadeiras”, dispondo cadeiras em círculo, colocando uma música e orientando as participantes a se movimentarem em torno das cadeiras e se sentarem quando a música parar de tocar. O número de cadeiras deve ser menor que o número de participantes. A participante que não conseguir se sentar quando a música parar, deve se apresentar. A última a se apresentar, a vencedora do jogo, deve lembrar os nomes de todas as outras.

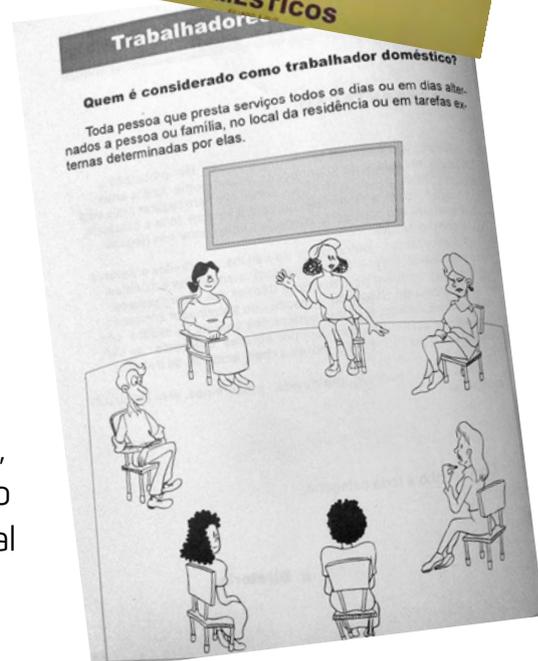
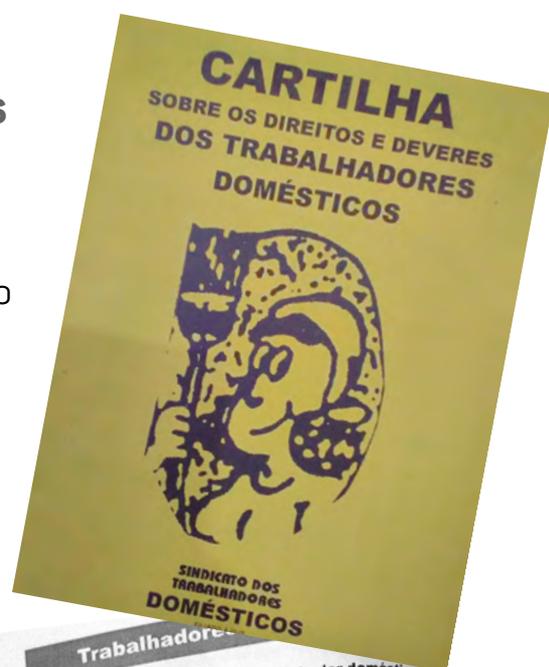
Formar um círculo e começar as apresentações da esquerda para direita. Cada participante deve falar seu nome e o nome das participantes que se apresentaram antes dela.

Tema 1

O TRABALHO DOMÉSTICO: GÊNERO, RAÇA E CLASSE

RESUMO PARA LEITURA E DISCUSSÃO ENTRE AS LIDERANÇAS

O trabalho doméstico remunerado pode ser realizado de diferentes maneiras. Uma trabalhadora doméstica pode ser a responsável por limpar e arrumar a casa de outras pessoas, lavar e passar a roupa, pode ser a responsável por preparar a alimentação de uma família que não é a sua, ou ainda cuidar de crianças, idosos e idosas e outras pessoas que precisam de assistência. A trabalhadora doméstica pode ser alguém que desempenhe algumas dessas funções ou apenas uma delas. A trabalhadora doméstica pode trabalhar em várias casas durante a semana, ou em apenas uma casa. O trabalhador doméstico pode ainda ser a pessoa responsável por cuidar do jardim, ou mesmo alguém que desempenhe a função de motorista particular ou vigia. A Lei Complementar 150, de 1º de junho de 2015, em seu artigo 1º, define um empregado doméstico como “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana”.



Apesar da Lei Complementar 150/2015 definir o trabalho doméstico como “não lucrativo”, esse trabalho tem valor. O trabalho doméstico remunerado possibilita que homens e mulheres que contratam esse serviço possam trabalhar fora de casa, enquanto uma trabalhadora doméstica assume o cuidado com seu domicílio, seus filhos e outras pessoas que precisem de cuidados especiais. O trabalho doméstico remunerado gera bem-estar em muitos domicílios, ou seja, as trabalhadoras domésticas garantem a alimentação das pessoas, a limpeza de suas casas, oferecem cuidado a quem precisa, entre outros serviços.

O valor desse trabalho, no entanto, não é sempre reconhecido. Para entender as causas da desvalorização do trabalho doméstico é preciso entender como ele se relaciona com as estruturas de gênero, raça e classe.

Por que falar de gênero?

Quando falamos de gênero, estamos falando daquilo que atribuímos como “natural” a homens ou mulheres, e do valor que essas “atribuições naturais” têm na nossa sociedade. Em geral, achamos que é “natural” que mulheres cuidem da casa e de seus irmãos desde pequenas. Enquanto isso, nos parece “natural” que meninos se interessem por trabalhos executados fora de casa. Dessa forma, mulheres são educadas, desde muito cedo, a se dedicarem a afazeres domésticos, enquanto homens são educados para buscarem trabalho fora de casa. Chamamos essa divisão de “**divisão sexual do trabalho**” e esses papéis desempenhados por homens e mulheres de “**papéis de gênero**”.

As mulheres em geral desempenham o papel cuidadoras, ou seja responsáveis pelos assuntos domésticos e pela criação de filhos, enquanto homens frequentemente desempenham o papel de provedores, sendo responsáveis pelas coisas que acontecem fora de casa.

É importante destacar que não há nada de “natural” nessa divisão. Tanto homens como mulheres são capazes de realizar o trabalho doméstico. Entretanto, desde muito cedo, homens e mulheres aprendem a dividir as tarefas dessa forma, sobrecarregando as mulheres. Esse padrão é repetido há muito tempo.

Esse trabalho de cuidar da casa e das pessoas, o trabalho doméstico, é então desvalorizado e não é reconhecido como trabalho. Algumas pessoas

acreditam que, quando uma mulher faz trabalho doméstico, ela apenas está desempenhando seu papel natural de mulher, e por isso seu trabalho não precisa ser reconhecido e valorizado. Isso vale tanto para o trabalho doméstico que a mulher realiza em sua própria casa, quanto para o trabalho doméstico remunerado, realizado para outras pessoas.

Por que falar de raça?

A ideologia do racismo, ou seja, a ideia de que pessoas negras são inferiores a pessoas brancas, organiza a sociedade, o Estado e a economia brasileira há séculos. Foi assim que a escravidão se sustentou no passado. Quando a escravidão acabou, essa ideia não desapareceu, e, de fato, uma parte importante das mulheres negras permaneceu em posição social similar a que elas ocupavam na época da escravidão. Passaram de serventes e amas de leite a trabalhadoras domésticas remuneradas. Podemos afirmar que o racismo, fruto da nossa história colonial, ainda é um sistema que organiza todos os aspectos da sociedade, da economia e do Estado no Brasil.

No mundo do trabalho, o racismo justifica a exploração de pessoas negras, inclusive do trabalho doméstico. No Brasil, as pessoas negras ganham menos que pessoas brancas. Além disso, menos pessoas negras têm carteira assinada. Pessoas negras, em geral, tem muito mais dificuldades para serem contratadas para trabalhar em função de chefia, mesmo que sejam qualificadas para isso.

Na área da cultura, por exemplo, embora mais da metade dos brasileiros se declarem negros, a representação de pessoas negras na televisão é quase inexistente e, quando existe, é muitas vezes baseada em estereótipos e preconceitos. Na área da educação, vemos que a maioria das pessoas que chegam às universidades são brancas.

Por que falar de classe?

As trabalhadoras domésticas fazem parte da classe trabalhadora, ou seja, a classe que deve vender sua força de trabalho em troca de remuneração. O reconhecimento de que o trabalho doméstico é um trabalho como todos os outros é importante porque garante a igualdade de direitos trabalhistas entre

as trabalhadoras domésticas e os demais trabalhadores. Ademais, quando pensamos no trabalho doméstico como uma relação de trabalho e não como uma relação afetiva, transformamos as relações entre empregadores e trabalhadores em **relações profissionais**, nas quais trabalhadores e empregadores tem certos direitos e deveres.

A diferenciação entre relação afetiva e relação de trabalho é muito importante para a trabalhadora doméstica, justamente porque às vezes é difícil fazer essa separação no dia-a-dia. Como uma trabalhadora doméstica trabalha com pessoas, e particularmente quando trabalha com crianças e idosos, é normal que ela execute suas atividades com carinho e cuidado. Entretanto, por mais que exista uma relação afetiva entre trabalhadoras domésticas e seus empregadores, a relação profissional deve ser colocada em primeiro lugar e respeitada.

Assim como outros trabalhadores, as trabalhadoras domésticas vendem sua força de trabalho para outras pessoas. Com o seu esforço, as trabalhadoras domésticas garantem o bem-estar de muitas pessoas, um serviço importantíssimo para as famílias e para o funcionamento da sociedade, da economia e do país. Por isso, as trabalhadoras domésticas lutam para que esse trabalho seja reconhecido e protegido por leis que garantam condições de trabalho dignas e uma remuneração adequada. Elas lutam pelo direito de exercer sua profissão em situação de liberdade, e para que o exercício da profissão contribua para seu desenvolvimento pessoal.

Quem são as trabalhadoras domésticas no Brasil?

O trabalho doméstico continua sendo a principal porta de entrada para as mulheres no mercado de trabalho, especialmente para as mais pobres.

Em 2016, 6,158 milhões de pessoas trabalhavam como trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Destes, 6 milhões, ou seja, 92% eram mulheres. Apenas 32% tinham carteira assinada e 42% contribuíam para a previdência social.

É a principal ocupação entre as mulheres negras. Em 2015, cerca de 6 em cada 10 trabalhadores domésticos eram mulheres negras. No mesmo ano, a cada 4 mulheres negras trabalhadoras, 1 era trabalhadora doméstica.

Em 2015, entre as trabalhadoras brancas, 32,5% tinham a carteira assinada. Para as trabalhadoras negras, este percentual era de 29,3%. Ou seja, as trabalhadoras negras são a maioria no trabalho doméstico, mas têm menos chance de ter a carteira assinada.

Em 2015, 15,6% das meninas de 10 a 17 anos trabalhavam como trabalhadoras domésticas. Entre elas, 71% eram meninas negras. O trabalho doméstico infantil (realizado por pessoas com menos de 18 anos) é proibido no Brasil, por ser considerado perigoso e afetar negativamente o desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças e adolescentes.

Como raça, classe e gênero interagem?

As opressões de gênero, raça e classe atuam, conjuntamente, sobre as pessoas. Por exemplo, quando falamos que as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado da casa, precisamos lembrar que, para mulheres trabalhadoras, isso significa que cabe a elas cuidar de suas casas após sua longa jornada de trabalho, talvez sem a ajuda de ninguém e utilizando seu tempo que poderia ser dedicado ao estudo e ao descanso.

Para uma mulher de classe alta, essa responsabilidade sobre a casa se traduz, muitas vezes, em contratar uma trabalhadora doméstica para fazer o trabalho doméstico.

Uma mulher trabalhadora negra ainda tem que lidar com o racismo, que pode fazer com que seja mais difícil encontrar um trabalho com carteira assinada, garantindo assim seus direitos.

A interação das diferentes formas de opressão cria situações de privilégio e desvantagens diferenciadas para certos grupos de pessoas.



Guia PARA CONVERSA

ATIVIDADE LIDERADA PELA COORDENADORA, COM A PARTICIPAÇÃO DE NOVAS INTEGRANTES DO SINDICATO E DEMAIS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS INTERESSADAS

O roteiro abaixo propõe uma série de perguntas e discussões para o seu grupo. Um questionário está disponível no material de apoio para facilitar essa atividade. A coordenadora, conhecendo sua região e suas companheiras, deve sentir-se livre para adaptar e modificar esse roteiro. A intenção é que, a partir das perguntas e respostas, a coordenadora e o grupo de participantes possam compartilhar e consolidar conhecimentos sobre os temas abordados nas seções anteriores.

Ao final da discussão, é importante que as participantes tenham refletido sobre as seguintes ideias:

- ▶ Gênero, naturalização do trabalho doméstico como um trabalho de mulheres, sexismo.
- ▶ Racismo, racismo institucional, exploração do trabalho das pessoas negras.
- ▶ Classe trabalhadora, condições de vida da classe trabalhadora, trabalho doméstico é um trabalho como todos os outros.
- ▶ A interação entre gênero, raça e classe na realidade das trabalhadoras domésticas.

Falando sobre gênero

Distribuir o questionário às participantes. Deixe alguns minutos para todas responderem. Após o preenchimento do questionário, organize o grupo para conversar e compartilhar as diferentes experiências a partir das respostas de cada uma.

Se preferir, sem usar o questionário, faça as seguintes perguntas às participantes:

Formação Política para Trabalhadoras Domésticas

- Com **quantos anos vocês começaram** a se envolver com o trabalho doméstico em suas próprias casas?
- Havia **homens ou meninos** na casa de vocês? Eles trabalhavam em casa ou fora de casa?
- Nas casas onde vocês trabalham, quem orienta e organiza o trabalho de vocês, o empregador ou a empregadora?
- Nas casas onde vocês trabalham, vocês têm mais contato com o empregador ou com a empregadora?

Peça a opinião das trabalhadoras sobre as situações acima. Por que o trabalho doméstico parece ser uma atribuição das mulheres?

Explique que quando uma situação é repetida por muito tempo e em muitos lugares, por exemplo, as mulheres serem responsáveis pelo trabalho da casa, e os homens pelos trabalhos realizados fora de casa, isso cria um padrão que faz com que acreditemos que as coisas sempre foram e sempre serão assim. Então, acontece algo que chamamos de **“naturalização”** do trabalho doméstico como trabalho feminino. As pessoas passam a achar que esse não é um trabalho, que não exige esforço, porque é um trabalho executado **“naturalmente”** por mulheres. **Quando pensamos que o trabalho doméstico é “natural,” damos pouco valor a ele.** Essa é uma das razões para a desvalorização do trabalho doméstico, por ser entendido como um trabalho natural que não exige esforço ou qualificação.

Pergunte se alguém já escutou que o trabalho doméstico é uma “ajuda”? Se elas já ouviram que dão uma “ajuda” à empregadora? Já aconteceu com alguma delas de terem dificuldade para receber uma remuneração por seu trabalho? Ou de terem recebido propostas de pagamento muito baixas?

Falando sobre classe

Pergunte às participantes sobre seu **salário**, e se elas acham esse valor justo. **Pergunte** também quais são os desafios que elas enfrentam todos os dias como trabalhadoras. Caso seja necessário, **ajude** com algumas sugestões, como por exemplo:

- o tempo de deslocamento para ir ao trabalho;

- falta de tempo para se dedicar a sua própria família ou casa;
- falta de tempo de lazer;
- impossibilidade de estudar, por falta de tempo e de dinheiro.

Explique que esses desafios são comuns a muitos trabalhadores que vivem em localidades muito distantes de seu local de trabalho, trabalham longas horas, ou ainda não podem contratar uma trabalhadora para delegar as tarefas domésticas e de cuidado.

Converse com as participantes sobre a importância de usar a expressão “trabalhadora doméstica,” para enfatizar que elas são **trabalhadoras**, assim como os demais trabalhadores. É verdade que o trabalho doméstico parece diferente, uma vez que é realizado dentro da casa de outras pessoas. Mas as trabalhadoras domésticas, assim como os demais trabalhadores, vendem sua força de trabalho para outras pessoas e executam tarefas determinadas por seus empregadores, para o benefício daqueles que as contratam. Esse processo de se beneficiar diretamente da força de trabalho de outros, retirando um benefício maior ao valor pago para a trabalhadora doméstica, se chama de **exploração**. A trabalhadora doméstica produz mais para o empregador do que ela recebe em salário.

Explique que, apesar de serem trabalhadoras e enfrentarem alguns dos mesmos desafios que os demais trabalhadores, muitas vezes as trabalhadoras domésticas não são reconhecidas como tal, principalmente por seus empregadores. Uma trabalhadora doméstica, quando é reconhecida como trabalhadora por seu empregador ou empregadora, é tratada de forma profissional – tem sua carteira assinada e tem seus direitos trabalhistas respeitados.

Pergunte às participantes se elas se sentem tratadas como trabalhadoras em seu emprego. Elas avaliam que seus direitos são respeitados em seu emprego? Pergunte quantas tem a carteira assinada.

Falando de raça

A maioria das mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil se consideram pretas ou pardas. Peça para que aquelas que se consideram pretas ou pardas levantem a mão. Peça para aquelas que trabalham para famílias pretas ou pardas levantem a mão. A coordenadora pode, nesse momento, comentar a

resposta das participantes destacando aspectos como:

- A maioria dos empregadores e empregadoras é branca ou negra?
- A maioria das trabalhadoras domésticas é branca ou negra?

Outras perguntas que podem ser feitas são:

- Qual é a cor das pessoas no bairro onde elas trabalham? E no bairro onde moram?
- Por que muitas das trabalhadoras domésticas, dos jardineiros, dos cuidadores são negros, e por que muitas das pessoas que nos contratam são brancos?

É provável que as respostas incluam a ideia de que os empregadores e empregadoras tiveram oportunidade de estudar e trabalhar, enquanto as trabalhadoras domésticas não tiveram a mesma oportunidade. Nesse caso, a coordenadora pode perguntar: mas por que eles tiveram essas oportunidades e outras pessoas não? Por que as oportunidades dadas há gerações a pessoas brancas e a pessoas negras são diferentes? Incentive que as participantes debatam esse assunto.

Explique que o racismo não é apenas a violência racista, quando uma pessoa agride a outra por causa de sua raça. Há também o **racismo institucional**, que existe quando certas políticas, práticas e serviços fazem com que pessoas negras (ou indígenas) sejam **mantidas em posição desfavorável** na sociedade. No Brasil, isso se inscreve no legado da escravidão.

Por exemplo, quando as escolas que atendem bairros negros são muito piores que as escolas que atendem bairros brancos, essa situação se mantém por conta do racismo institucional. Quando uma categoria profissional que é em sua maioria negra, como as trabalhadoras domésticas, tem menos direitos que outras categorias, essa situação se mantém também por conta do racismo institucional. O racismo institucional, dessa forma, é responsável por manter o racismo como uma força organizadora da sociedade.

Falando sobre gênero, raça e classe

Explique que a trajetória de vida das pessoas é moldada de várias formas. As trabalhadoras domésticas têm sua trajetória de vida influenciada por serem

mulheres, trabalhadoras e negras. Da mesma forma, as empregadoras têm uma vida marcada pelo fato de serem de classe média ou alta e brancas. Seus filhos terão oportunidades dadas por terem nascido com essas características.

Explique que essas estruturas de gênero, raça e classe têm o poder de perpetuar desigualdades. Se uma pessoa nasce em uma família de trabalhadores pobres, ela provavelmente terá que trabalhar desde cedo, terá menos oportunidades educacionais e trabalhará em empregos com pouca proteção social. Uma pessoa que é identificada como mulher provavelmente terá responsabilidade sobre os afazeres domésticos em sua casa desde cedo e é possível que receba menos que seus colegas homens para realizar o mesmo trabalho. Uma pessoa negra enfrentará o racismo desde muito pequena, na escola, e seguirá enfrentando o racismo na vida adulta. Essa pessoa provavelmente terá menos oportunidades de emprego que uma pessoa branca.

Assim, gênero, raça e classe ajudam a moldar as oportunidades que as pessoas têm em suas vidas.

Para refletir sobre como as vidas das trabalhadoras domésticas são afetadas por seu gênero, sua raça e sua classe, **pergunte** às trabalhadoras sobre os **problemas comuns** que as preocupam. **Peça** para que cada uma delas fale sobre o problema e, a cada problema revelado, **peça para que as demais participantes reflitam sobre** o que essas situações têm a ver com **gênero, raça e classe**.

“Acordamos muito cedo para chegar ao trabalho”

Moramos longe porque nosso salário é baixo, o que tem a ver com a nossa classe e a nossa cor.

Moramos longe do trabalho pois não podemos pagar aluguel em um lugar mais próximo, isso tem a ver com a nossa classe.

POSSÍVEL REAÇÃO

“Procuramos alguém para ficar com nossos filhos”

Faltam creches e escolas integrais em nossa área, isso tem a ver com a nossa classe.

As mulheres são as responsáveis por encontrar alguém para cuidar de seus filhos, isso tem a ver com gênero.

POSSÍVEL REAÇÃO

Mesmo com esses desafios, e por causa de todos eles, as trabalhadoras domésticas se **organizam para lutar** por melhores condições de vida e pelo reconhecimento de seu trabalho há décadas. A intersecção de várias formas de opressão fizeram com que o movimento organizado das trabalhadoras domésticas tenha recebido o apoio de outros sindicatos e dos movimentos feminista e negro.

Tema 2

MOVIMENTOS ORGANIZADOS: O MOVIMENTO FEMINISTA, O MOVIMENTO NEGRO E O MOVIMENTO SINDICAL

RESUMO PARA LEITURA E DISCUSSÃO ENTRE AS LIDERANÇAS

Grupos de trabalhadores e trabalhadoras, de pessoas negras e de mulheres têm se organizado há décadas para exigir justiça, igualdade de oportunidades e tratamento e uma vida digna para todos. Esses movimentos têm também apoiado a organização das trabalhadoras domésticas. Por isso, é importante conhecer as similaridades entre as agendas desses movimentos e as prioridades das trabalhadoras domésticas organizadas.

O tema da organização sindical das trabalhadoras domésticas será tratado em detalhe no Módulo 3, mas é importante ressaltar desde já que a luta sindical é muito importante para a história e para as conquistas desta categoria. Desde 1936, trabalhadoras domésticas organizadas lutam pelo direito de se organizarem em sindicatos – direito conquistado apenas com a Constituição Federal de 1988. Nessa luta, algumas associações de trabalhadoras domésticas contavam com o apoio de sindicatos de trabalhadores de suas cidades e estados. As trabalhadoras domésticas construíram um movimento de solidariedade com outros sindicatos, baseado no fato de que elas eram trabalhadoras como todos os outros, mesmo quando ainda não reconhecidas como trabalhadoras pela lei.

O apoio do movimento negro também foi muito importante para a organização de associações e sindicatos locais de trabalhadoras domésticas e

para o movimento nacional. O movimento negro trata da questão do racismo no Brasil em todas suas manifestações, inclusive o racismo institucional. O movimento negro e, especialmente, as feministas negras, vêm apoiando as trabalhadoras domésticas na discussão sobre vários temas: elas discutem o papel do racismo na persistência da discriminação contra trabalhadoras domésticas; elas falam sobre como uma ideologia racista permite que tantas trabalhadoras domésticas trabalhem na informalidade; falam também sobre o efeito do racismo na autoestima das trabalhadoras, entre outros temas.

O movimento feminista, reconhecendo que a categoria das trabalhadoras domésticas reúne uma grande quantidade de mulheres que têm seus direitos violados, também tem apoiado a organização das trabalhadoras domésticas. O movimento feminista pauta suas ações pela promoção da autonomia e participação política, econômica e social das mulheres na sociedade e tem como demandas importantes o fim da violência contra mulheres, a criação de creches e outros serviços públicos, a promoção da saúde da mulher, inclusive saúde sexual e reprodutiva, entre outras demandas. Todos esses assuntos são importantes também para a categoria das trabalhadoras domésticas.

Cada um desses movimentos apoia de forma diferente as atividades e desenvolvimento de sindicatos locais de trabalhadoras domésticas. É importante ressaltar que a relação dos sindicatos de trabalhadoras domésticas com os movimentos citados acima não é sempre fácil. Nem sempre os movimentos sindical, feminista e negro estão dispostos a priorizar os objetivos das trabalhadoras domésticas. Cabe às trabalhadoras domésticas organizadas, ao trabalhar com algum desses movimentos, garantir que suas demandas sejam ouvidas e priorizadas, e as relações estabelecidas sejam baseadas na igualdade entre os/as parceiros. Esse assunto será abordado novamente no Módulo 6.

Para se preparar para a discussão, é importante que a coordenadora pense em **como os sindicatos, as organizações feministas e o movimento negro apoiam as ações de seu sindicato**. Seu sindicato tem contato com essas organizações? Que tipo de contato? Qual é o tipo de apoio que eles prestam? Para as próximas atividades, tenha em mente as respostas para essas perguntas.



Guia PARA CONVERSA

ATIVIDADE LIDERADA PELA COORDENADORA, COM A PARTICIPAÇÃO DE NOVAS INTEGRANTES DO SINDICATO E DEMAIS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS INTERESSADAS

Ao final da discussão a seguir, é importante que as participantes tenham refletido sobre as seguintes ideias:

Ao final da discussão, é importante que as participantes tenham refletido sobre as seguintes ideias:

- As prioridades dos movimentos sindical, feminista e negro;
- As articulações possíveis entre as demandas das trabalhadoras domésticas e desses movimentos.

Inicie refletindo sobre **o que significa ser identificada** como mulher (ou homem, caso algum esteja presente), trabalhadora e negra (ou branca, ou ainda indígena). Afinal, se essas identidades servem para desvalorizar nosso trabalho, elas são também **motivo de orgulho** e possibilitam a criação de laços de **solidariedade** entre as pessoas. Comece **perguntando** para as participantes sobre como elas se identificam melhor: como mulher? Como mulher trabalhadora? Como trabalhadora negra? **Peça para que elas digam porque têm orgulho de serem quem são.**

Depois dessa rodada, conte para as participantes sobre as alianças e parcerias que o seu sindicato de trabalhadoras domésticas tem com outras organizações sindicais, movimento feminista e/ou movimento negro. **Que tipo de apoio e práticas são realizadas? Como essa relação começou?**

Explique para as participantes porque o sindicato de trabalhadoras domésticas deve buscar alianças com outros sindicatos e com os movimentos negro e feminista, de acordo com o resumo acima e sua experiência.

Para mostrar como as demandas dos movimentos sindical, feminista e negro são importantes para as trabalhadoras domésticas, **sistematize algumas**

das demandas e questões importantes para as trabalhadoras domésticas e pensar como elas se relacionam com o trabalho desses movimentos.

Peça para que cada pessoa **pense em uma demanda importante para sua vida** (a coordenadora pode dar exemplos para facilitar o início da atividade) e que movimento tem uma atuação relacionada com essa demanda. A atividade pode ser feita em grupo ou em plenária. A coordenadora pode construir uma tabela junto com as participantes para visualizar as parcerias possíveis.

Demanda	Movimento aliado
Assinatura da Carteira de Trabalho	Movimento Sindical
Creches e escolas públicas nos bairros	Movimento feminista
Fim da violência policial contra seus filhos	Movimento negro
Mais oportunidades educativas para as trabalhadoras domésticas	Movimentos sindical + feminista + negro

Tenha em mente que demandas relacionadas ao cuidado com as pessoas e a autonomia das mulheres, em geral, são demandas do movimento feminista; demandas relacionadas à promoção da igualdade racial, em geral, são demandas do movimento negro; demandas relacionadas a direitos e condições de trabalho são demandas, em geral, do movimento sindical. Muitas demandas podem ser articuladas por mais de um movimento ao mesmo tempo – o movimento sindical e o movimento feminista podem articular demandas sobre creches para filhos de trabalhadoras e trabalhadores, por exemplo. Ao final da rodada o grupo deve ter abordado várias questões e reforçado as coincidências entre a agenda das trabalhadoras domésticas e dos movimentos sindical, negro e feminista. Essa atividade pode durar enquanto surgirem demandas. **Peça para que alguém anote as demandas listada pelas participantes e guarde esse documento para a atividade a ser realizada durante a discussão do tema 4.**

Tema 3

HISTÓRIA DE LUTA DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DOMÉSTICAS ORGANIZADAS E SUAS CONQUISTAS LEGISLATIVAS

RESUMO PARA LEITURA E DISCUSSÃO ENTRE AS LIDERANÇAS

Trabalhadoras domésticas no Brasil têm se organizado há décadas para lutar por direitos trabalhistas, entre eles o direito à sindicalização e pelo reconhecimento e valorização do trabalho doméstico. A pioneira, Laudelina de Campos Melo, fundou em 1936 a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos, que tinha como um de seus principais objetivos conquistar o direito à sindicalização, para que as trabalhadoras pudessem lutar por seus direitos trabalhistas.

Na época, as leis que determinavam quem era trabalhador e quem não era excluía as trabalhadoras domésticas. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943), adotada em 1943, já excluía as trabalhadoras domésticas de qualquer benefício da lei. As trabalhadoras domésticas organizaram uma resistência a tal discriminação. Desde os anos 1950, Laudelina Campos Melo buscou negociar com diferentes governos para pôr fim à discriminação contra as trabalhadoras domésticas.

Você conhece a história de Laudelina Campos Melo? Copie o link a seguir no navegador do seu celular e compartilhe com as participantes durante o treinamento: <https://youtu.be/EEewuy3suFA>

Nos anos 1960, associações de trabalhadoras domésticas foram criadas em diferentes cidades do Brasil com o apoio da Juventude Operária Católica (JOC). Na época, já pediam igualdade de direitos para as trabalhadoras domésticas, e sua inclusão na CLT. Muitas dessas associações se transformaram em sindicatos após a adoção da Constituição Federal de 1988.

Em 1968, essas associações se reuniram no Primeiro Congresso Nacional da categoria, e elaboraram uma pauta, demandando o direito a uma jornada de trabalho definida, à carteira de trabalho, e ao salário mínimo nacional. Essa pauta foi enviada ao governo, e, em 1972, as domésticas obtiveram sua primeira vitória legislativa com a promulgação da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que garantiu à categoria o direito a ter a carteira assinada. A carteira de trabalho assinada também garantiu às trabalhadoras direito à aposentadoria, férias remuneradas de 20 dias e licença maternidade.



Em 1985, no quinto Congresso Nacional das Trabalhadoras Domésticas realizado em Recife, **foi elaborada uma proposta de lei** que incluía a extensão de uma série de direitos às trabalhadoras domésticas, dentre eles, salário mínimo, seguro desemprego e acesso à previdência social.

As associações de trabalhadoras domésticas também estiveram presentes em Brasília, em 1987 e 1988, para apresentar suas propostas à Assembleia Nacional Constituinte **e participaram ativamente da elaboração da Constituição Federal de 1988, com o apoio do movimento feminista e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).**

A Constituição Federal de 1988 foi uma vitória para as trabalhadoras domésticas, já que reconheceu alguns de seus direitos como categoria profissional, inclusive o direito à representação sindical.

Apesar das conquistas, a Constituição Federal de 1988 garante às trabalhadoras domésticas apenas 9 dos 34 direitos garantidos aos demais trabalhadores, e exclui, em seu Artigo 7º, as trabalhadoras domésticas da CLT. Pela primeira vez, foi garantido o direito ao salário mínimo, além de irredutibilidade

do salário, décimo terceiro salário, férias anuais remuneradas com acréscimo de pelo menos um terço a mais do que o salário normal, licença maternidade (120 dias), licença paternidade (5 dias), aviso prévio de no mínimo 30 dias (proporcional ao tempo de serviço) e aposentadoria. As trabalhadoras domésticas também conquistaram o direito à sindicalização e muitas das associações criadas nos anos anteriores se transformaram em sindicatos.



Um passo decisivo para a organização das trabalhadoras domésticas foi a criação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, a FENATRAD, em 1997, que se afiliou à Confederação dos Trabalhadores dos Comércio e Serviços (CONTRACS) e através dela, à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Isso permitiu que a categoria ganhasse mais visibilidade no nível nacional e internacional, e pudesse fazer parte de negociações com o governo.

Em 2001, a Lei nº 10.208, de 23 de Março de 2001, abriu a possibilidade para que as trabalhadoras domésticas tivessem direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A opção, no entanto, não cabia à trabalhadora, mas a seu empregador, ou seja, o empregador decidiria inscrever a trabalhadora no FGTS ou não.

Em 2006, um novo avanço foi conquistado com a promulgação da Lei nº 11.324, de 19 de Julho de 2006, que aumentou as férias da trabalhadora doméstica para 30 dias, proibiu a demissão arbitrária sem justa causa da trabalhadora gestante e por cinco meses após o parto, além de proibir o desconto no salário por alimentação e moradia.

Através da FENATRAD, as trabalhadoras domésticas puderam também participar do movimento internacional de sua categoria, e foram incluídas nas discussões realizadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2010 e 2011 sobre Trabalho Decente para as trabalhadoras domésticas. Lideranças das trabalhadoras domésticas brasileiras, representadas pela FENATRAD, participaram das discussões realizadas na Conferência Internacional do Trabalho (CIT), evento realizado todos os anos na sede da OIT em

Genebra, na Suíça. A CIT reúne as delegações de todos os países membros da OIT, compostas por representantes dos governos, das organizações de trabalhadores e das organizações de empregadores. Em 2010 e 2011, a CIT teve como um de seus pontos de pauta a discussão sobre a possibilidade de adoção de um instrumento para promover o Trabalho Decente para as trabalhadoras domésticas. Como resultado dessas discussões, foi adotada, em 2011, a Convenção sobre Trabalho Decente para as Trabalhadoras e os Trabalhadores Doméstico (nº 189, 2011).

A Convenção nº 189 da OIT garante direitos trabalhistas iguais entre as trabalhadoras domésticas e as demais categorias, inclusive para as trabalhadoras imigrantes. Proíbe qualquer forma de discriminação legal, assim como o trabalho doméstico infantil.

As seis líderes sindicais das trabalhadoras domésticas que participaram dessa reunião histórica na Suíça são: Creuza Maria Oliveira, então Presidenta da FENATRAD; Sueli Maria de Fátima Santos, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Sergipe; Maria Noeli dos Santos, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do Município do Rio de Janeiro; Maria Regina Teodoro, do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Campinas; Regina Simião, do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas de Campinas e Ione Santana de Oliveira, do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas da Bahia.

Você conhece a história da Creuza Oliveira? Copie o link a seguir no navegador do seu celular e compartilhe com as participantes durante o treinamento: <https://youtu.be/3MPm02JwEmg>

Após a adoção da Convenção nº 189 da OIT, as trabalhadoras domésticas continuaram mobilizadas, articulando o apoio de deputados e senadores no Brasil, para revogar o Artigo 7º da Constituição Federal, que discrimina as trabalhadoras domésticas, e assim garantir a igualdade de direitos com relação aos demais trabalhadores. Sua luta levou à sanção da Emenda Constitucional nº 72, de 2 de Abril de 2013, que altera o artigo 7º da Constituição Federal para garantir uma série de direitos às trabalhadoras domésticas.

Imediatamente após a aprovação da Emenda Constitucional nº 72, foram garantidos às trabalhadoras domésticas os direitos ao salário mínimo, irredutibilidade do salário, décimo terceiro salário, férias remuneradas, licença maternidade, licença paternidade, aviso prévio, aposentadoria. Alguns dos direitos garantidos pela Emenda Constitucional nº 72 foram regulamentados por meio da Lei Complementar nº 150, de 1º de Junho de 2015. São eles: adicional noturno, FGTS (passou de opcional para obrigatório), indenização por demissão sem justa causa, seguro desemprego, salário família, seguro contra acidente de trabalho.

Porém, apesar da Lei Complementar 150/2015 ter sido um grande avanço, o Artigo 7º da Constituição não foi revogado. Ele inclui agora uma lista ampliada de direitos trabalhistas para as domésticas, mas continua a excluí-las da CLT.

Direito	Lei
Carteira Assinada	5.859/1972
Aposentadoria	5.859/1972
20 dias de férias	5.859/1972
Sindicalização	Constituição de 1988
Salário mínimo	Constituição de 1988
Irredutibilidade do salário	Constituição de 1988
13º salário	Constituição de 1988
Férias anuais remuneradas com acréscimo de pelo menos um terço	Constituição de 1988
Licença maternidade (120 dias)	Constituição de 1988
Licença paternidade (5 dias)	Constituição de 1988
Aviso prévio de no mínimo 30 dias (proporcional ao tempo de serviço)	Constituição de 1988
FBTS opcional	10.208/2001
Proibição da demissão arbitrária sem justa causa da trabalhadora gestante e por cinco meses após o parto	11.324/2006
Proibição do desconto do salário por alimentos e moradia	11.324/2006
Igualdade de direitos entre domésticas e demais trabalhadores, inclusive para as imigrantes	Convenção 189 da OIT 2011

Direito	Lei
Salário mínimo	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Irredutibilidade do salário	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
13º salário	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Férias remuneradas	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Licença maternidade	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Aviso prévio	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Aposentadoria	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Adicional noturno	Lei Complementar 150/2015
FGTS (passou de opcional para obrigatório)	Lei Complementar 150/2015
Indenização por demissão sem justa causa	Lei Complementar 150/2015
Seguro Desemprego	Lei Complementar 150/2015
Salário família	Lei Complementar 150/2015
Seguro contra acidente de trabalho	Lei Complementar 150/2015
Proibição do trabalho infante-juvenil	Lei Complementar 150/2015

Essa história nacional e internacional foi construída desde a base, com a força dos sindicatos locais e de suas integrantes. Os sindicatos locais de trabalhadoras domésticas tiveram diferentes trajetórias no Brasil. É importante que a coordenadora dessa atividade **sistematize a história de seu sindicato**, para contá-la às novas integrantes.

- ▶ Quando ele foi criado?
- ▶ Suas origens remontam às associações?
- ▶ Quem participou de sua criação?
- ▶ Como era o trabalho do sindicato no passado?
- ▶ Que organizações apoiaram o funcionamento do sindicato (como igrejas, grupos do movimento negro e feminista, outros sindicatos)?

Organize essas informações para apresentar às participantes, se possível, mostre fotos, banners, etc. É importante transmitir a ideia de que as leis foram conquistadas graças à luta das trabalhadoras. Mostre também como o seu sindicato local se relaciona com a FENATRAD, e as diferentes campanhas nacionais.

Guia PARA CONVERSA

ATIVIDADE LIDERADA PELA COORDENADORA, COM A PARTICIPAÇÃO DE NOVAS INTEGRANTES DO SINDICATO E DEMAIS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS INTERESSADAS

Nas atividades seguintes, será trabalhada a ideia de que os direitos trabalhistas da categoria são resultado da luta das trabalhadoras domésticas, organizadas em associações e sindicatos. Ao final da discussão, é importante que as participantes tenham discutido as seguintes ideias:

- A importância do sindicato para a conquista de direitos para a categoria.
- O sindicato como espaço para o fortalecimento coletivo das trabalhadoras domésticas.
- A importância da participação de todas as trabalhadoras domésticas para o fortalecimento do sindicato.

Comece contando a história do seu sindicato e de suas líderes. Se possível, compartilhe os vídeos sobre Laudelina Campos Melo e Creuza Maria Oliveira. Caso a coordenadora se sinta confortável, compartilhe com as participantes sua história no sindicato.

Por que sindicatos são importantes? Diferentes temas podem ser abordados neste momento da discussão:

- ▶ Conquistas legislativas
- ▶ Defesa dos direitos
- ▶ Representação em processos trabalhistas
- ▶ Negociação individual
- ▶ Negociação coletiva
- ▶ Espaço de apoio mútuo e solidariedade

Construa junto com as participantes a **tabela dos direitos**, solicitando a elas que citem os direitos que elas conhecem, e relacionando esses direitos com a lei correspondente. A lista não precisa ser completa. Faça um **breve resumo** da luta nacional de direitos para trabalhadoras domésticas, enfatizando a

importância das associações, dos sindicatos e da FENATRAD para a promoção de mudanças. **Explique como todas as trabalhadoras domésticas são representadas pelas líderes sindicais que participaram dessa história.**

Pergunte às participantes sobre como elas negociaram seu contrato ou as condições de trabalho de seu emprego atual. Elas puderam negociar livremente com o empregador ou empregadora? **Como elas se sentiram em relação à negociação?** Elas acreditam que os termos de trabalho são justos?

É provável que algumas estejam satisfeitas com a negociação individual, mas certamente outras não estarão. **Explique** às participantes que a participação no sindicato serve, justamente, para que a trabalhadora doméstica não enfrente essas situações sozinha, mas se **fortaleça junto com suas companheiras**. Explique para as participantes como o sindicato pode ser o espaço para troca de informações sobre direitos e condições de trabalho.

Após sua explicação, **pergunte** às participantes o que elas esperam de sua participação no sindicato. Elas esperam conhecer melhor seus direitos? Elas gostariam de participar do movimento e trabalhar para garantir direitos às trabalhadoras domésticas? Elas gostariam de ser representadas pelas líderes do sindicato? Elas gostariam de se tornar líderes? A partir das respostas, **converse** com as participantes sobre o que o sindicato pode ou não fazer. Explique que o **envolvimento de mais pessoas, que façam a contribuição sindical, participem das atividades e se envolvam com a liderança, é fundamental**.

Proponha a seguinte atividade, em três partes.

- 1** Primeiro, peça para que as participantes **pensem no futuro** que elas querem para as trabalhadoras domésticas. Peça que cada uma revele seu desejo para o futuro da categoria, como por exemplo, “que todas as trabalhadoras tenham carteira assinada,” ou “que todas as trabalhadoras possam trabalhar sem violência.”
- 2** Depois, peça para que elas pensem no que o **sindicato deve fazer** para contribuir para esse futuro. Faça mais uma rodada de declarações, pedindo que elas digam o que esperam do sindicato para realizar seu desejo para o futuro.
- 3** Por fim, pergunte a elas **como elas poderão apoiar o sindicato** para atingir esse futuro que elas almejam. Quais são as ações que cada uma deve fazer para apoiar o sindicato na construção do futuro que elas desejam?

Peça para que alguém anote as respostas dadas durante essa atividade. Guarde esse documento para outras atividades no futuro.

Tema 4

POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO SINDICATO

RESUMO PARA LEITURA E DISCUSSÃO ENTRE AS LIDERANÇAS

Durante a atividade anterior, discutimos sobre como as associações, os sindicatos e a FENATRAD têm trabalhado para influenciar os poderes legislativo e executivo a nível nacional para aprovar leis que igualem a categoria de trabalhadoras domésticas aos demais trabalhadores e trabalhadoras. Essa é apenas uma das estratégias possíveis para um sindicato de trabalhadoras domésticas. Os sindicatos locais também podem planejar e executar outras estratégias, visando melhorar as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas a partir de políticas públicas, programas e projetos implementados pelo poder executivo federal, estadual ou municipal.

Apesar da importância fundamental de leis para a garantia da igualdade entre todos os trabalhadores, uma reforma legislativa não tem o poder de sozinha promover a igualdade. Como já foi discutido, as trabalhadoras domésticas têm direito à carteira assinada há décadas e, ainda assim, fazem parte de uma categoria com altos percentuais de informalidade. Dessa forma, é necessário pensar em como o sindicato pode atuar para promover os direitos das trabalhadoras domésticas, além da via legislativa.

Outros sindicatos de trabalhadores realizam negociação coletiva, isto é, negociam com organizações representativas de empregadores para estabelecer direitos e as condições de trabalho para trabalhadores de um setor. Mas, infelizmente, poucos sindicatos de trabalhadoras domésticas podem fazer isso no Brasil. Isso porque existem poucas organizações representativas de empregadores no Brasil. Por isso, o tema da negociação coletiva não será

tratado aqui, mas, caso seu sindicato seja um dos poucos do Brasil capaz de realizar negociação coletiva, considere incluir algo sobre sua experiência nessa parte do treinamento.

O sindicato pode negociar e cooperar com os governos federal, estadual e municipal. Para isso, é importante entender quais são as esferas de responsabilidade dos governos, identificar aliados para a negociação e mobilizar a base para garantir força através da representatividade. Vamos tratar dessas possíveis estratégias com mais detalhe no Módulo 6.

FEDERAL

De maneira geral, cabe ao governo federal garantir a execução de leis federais, criar diretrizes nacionais e organizar sistemas. Por exemplo, o governo federal tem responsabilidade sobre a organização do Sistema Único de Saúde, sobre a Política Nacional de Educação e sobre a previdência social, entre outros. Já os governos estaduais devem organizar suas próprias estratégias de saúde e devem oferecer serviços de atendimento especializados e complexos, como hospitais; são também responsáveis pela educação no nível médio e parte do ensino fundamental, bem como por garantir o transporte público entre municípios do mesmo estado. O estado é também responsável pela segurança pública. As prefeituras respondem pelo atendimento básico de saúde, creche e educação infantil, bem como infraestrutura urbana, como saneamento básico e iluminação, asfaltamento de ruas, limpeza urbana e transporte público urbano. Tanto estados quanto municípios podem ter seus programas para promoção de direitos das mulheres e da população negra, ou para apoio de categorias de trabalhadores.

Em 2006 e 2007, sindicatos de trabalhadoras domésticas negociaram com o governo federal a implementação do programa Trabalho Doméstico Cidadão, que visava a formação política das trabalhadoras domésticas, bem como aumentar sua escolaridade e qualificação profissional. Esse programa foi desenhado e desenvolvido a partir das demandas das trabalhadoras domésticas, beneficiando mais de 300 trabalhadoras.

ESTADUAL

Em nível estadual, o Sindoméstico da Bahia, por exemplo, trabalha há anos em conjunto com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte da Bahia para promover atividades na semana de valorização do trabalho doméstico. Nessas ocasiões, são oferecidas palestras sobre os mais variados temas de interesse das trabalhadoras domésticas, como formalização e direitos, saúde da mulher, violência de gênero, qualificação profissional, entre outros. O Sindoméstico também negociou com os governos estadual e federal para contemplar 55 trabalhadoras domésticas com a casa própria em um conjunto habitacional em Salvador. Foram necessários mais de 10 anos de negociação entre o Sindoméstico e entidades do governo estadual e federal para essa conquista.

No estado do Rio de Janeiro, o Sindicato de Trabalhadoras Domésticas negocia com a Câmara Legislativa e o executivo estadual um piso salarial maior que o salário mínimo garantido na legislação federal.

No Acre, o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Acre assinou um acordo com o governo estadual, garantindo recursos para a manutenção do sindicato. Com esse recurso, o sindicato pretende expandir suas atividades para outras cidades no estado além da capital.

MUNICIPAL

Ao nível municipal, o sindicato de Franca conseguiu um desconto nos transportes públicos para suas sócias. O sindicato de Nova Iguaçu tem uma cadeira no Conselho Municipal da Mulher e do Idoso. Parcerias podem ser negociadas também para acesso à formação, áreas de lazer, etc.

A coordenadora conhece alguma das iniciativas acima? No seu sindicato, existem iniciativas semelhantes, ou outras experiências de negociação ou colaboração com o executivo e o legislativo estadual e municipal? Sistematize essas informações para informar às participantes.

Guia



PARA CONVERSA

ATIVIDADE LIDERADA PELA COORDENADORA, COM A PARTICIPAÇÃO DE NOVAS INTEGRANTES DO SINDICATO E DEMAIS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS INTERESSADAS

Ao final dessa discussão, é importante que as participantes tenham discutido as seguintes ideias:

- Possibilidades de atuação do sindicato, para além da via legislativa e da negociação coletiva;
- As experiências desse sindicato com a negociação com governos locais e estaduais.

Conte às participantes sobre as experiências acima e a experiência de seu sindicato.

Retorne à lista de demandas elaboradas durante a discussão do Tema 2. Leia cada uma das demandas novamente discutindo:

- ▶ A quem cabe a responsabilidade sobre essa demanda? Governo estadual? Ou municipal?
- ▶ Qual setor do governo é responsável por esse tema? Secretaria do Trabalho? Educação? Desenvolvimento Urbano? Ou alguma outra?
- ▶ É possível pensar em uma proposta para solucionar esse problema? (Como criação de creches? Elaboração de um programa de capacitação para trabalhadoras? Ampliação da rede de água e esgoto?)

Peça para que alguém tome nota dessa discussão e guarde esse documento. Essas anotações poderão ser utilizadas em outras atividades do futuro.

Conclusão: e agora?

Nessa discussão foram abordados os temas da discriminação sofrida pelas trabalhadoras e da força das trabalhadoras domésticas organizadas. E agora? Quais serão os próximos passos desse grupo?

Antes de encerrar a reunião com as novas participantes do sindicato e pessoas interessadas:

- Apresente brevemente o tema dos outros módulos de treinamento e compartilhe com as participantes informações sobre os próximos debates (horário, data e local para as próximas reuniões).
- Peça para que as participantes que tenham gostado da reunião tragam amigas e colegas trabalhadoras domésticas para as próximas reuniões.
- Reforce a importância do apoio ao sindicato, por meio da filiação e pagamento da contribuição sindical. Explique brevemente para as participantes como esses recursos são gastos (Aluguel? Contas de luz e água? Transporte?).
- Faça uma rodada de avaliação da reunião. Como as participantes se sentem ao final da atividade?
- Considere a possibilidade de realizar outras reuniões para discutir notícias importantes (ou outras questões que tenham aparecido durante a conversa) e assim aprofundar a formação política das participantes. Considere também a criação de grupos online para discussão de notícias e boletins. Pergunte às participantes como elas gostariam de continuar a conversar sobre os assuntos discutidos nessa reunião.
- Informe sobre ações do sindicato que acontecerão em breve e peça para que as participantes da reunião compareçam e apoiem as ações.
- Incentive a participação em outros grupos de trabalhadores, feministas, do movimento negro ou de outros movimentos políticos em sua região. Caso você conheça outros grupos, mencione-os nesse momento. Pergunte se as participantes podem sugerir outros grupos.
- Antes que as participantes partam, confirme os dados de contato, principalmente o telefone celular, e tente estabelecer contato com elas, utilizando as redes sociais e outras ferramentas de comunicação on-line.

Neste documento não foram usadas notas de referência como em textos acadêmicos. Entretanto, é importante destacar que os resumos e as atividades sugeridas foram criados a partir de ideias e conceitos desenvolvidos por outras autoras. O conteúdo deste módulo se baseia, em primeiro lugar, no trabalho de Sueli Carneiro sobre a formação da mulher negra como sujeito político que, articulando sua identidade em termos de gênero, raça e classe, propõe uma agenda própria para a promoção da igualdade do Brasil. O trabalho de Joaze Bernardino-Costa foi também fundamental para este módulo, em especial sua formulação sobre a interseccionalidade emancipadora, que sintetiza a forma na qual os sindicatos de trabalhadoras domésticas mobilizam as diferenças de gênero, raça e classe para a construção de solidariedade com os movimentos sindicais, negro e feminista, e sua sistematização da história de sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil em seu livro “Saberes Subalternos e Decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil.” Os dados foram retirados do estudo “Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça 1995-2015” do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

ACCIARI, Louisa “Foi Difícil, mas Sempre Falo que Nós Somos Guerreiras” – O Movimento das Trabalhadoras Domésticas Entre a Marginalidade e o Empoderamento. Mosaico, vol. 7, n. 11, p. 125-147, 2016

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. Sociedade e Estado, Brasília, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Saberes Subalternos e Decolonialidade: os sindicatos das trabalhadoras domésticas do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

FONTOURA, Natália, REZENDE, Marcela, MOSTAFA, Joana e LOBATO, Ana Laura. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 1995-2015. Brasília: IPEA, 2017.

Quem são as trabalhadoras domésticas no Brasil?

O trabalho doméstico continua sendo a principal porta de entrada para as mulheres no mercado de trabalho, especialmente para as mais pobres.

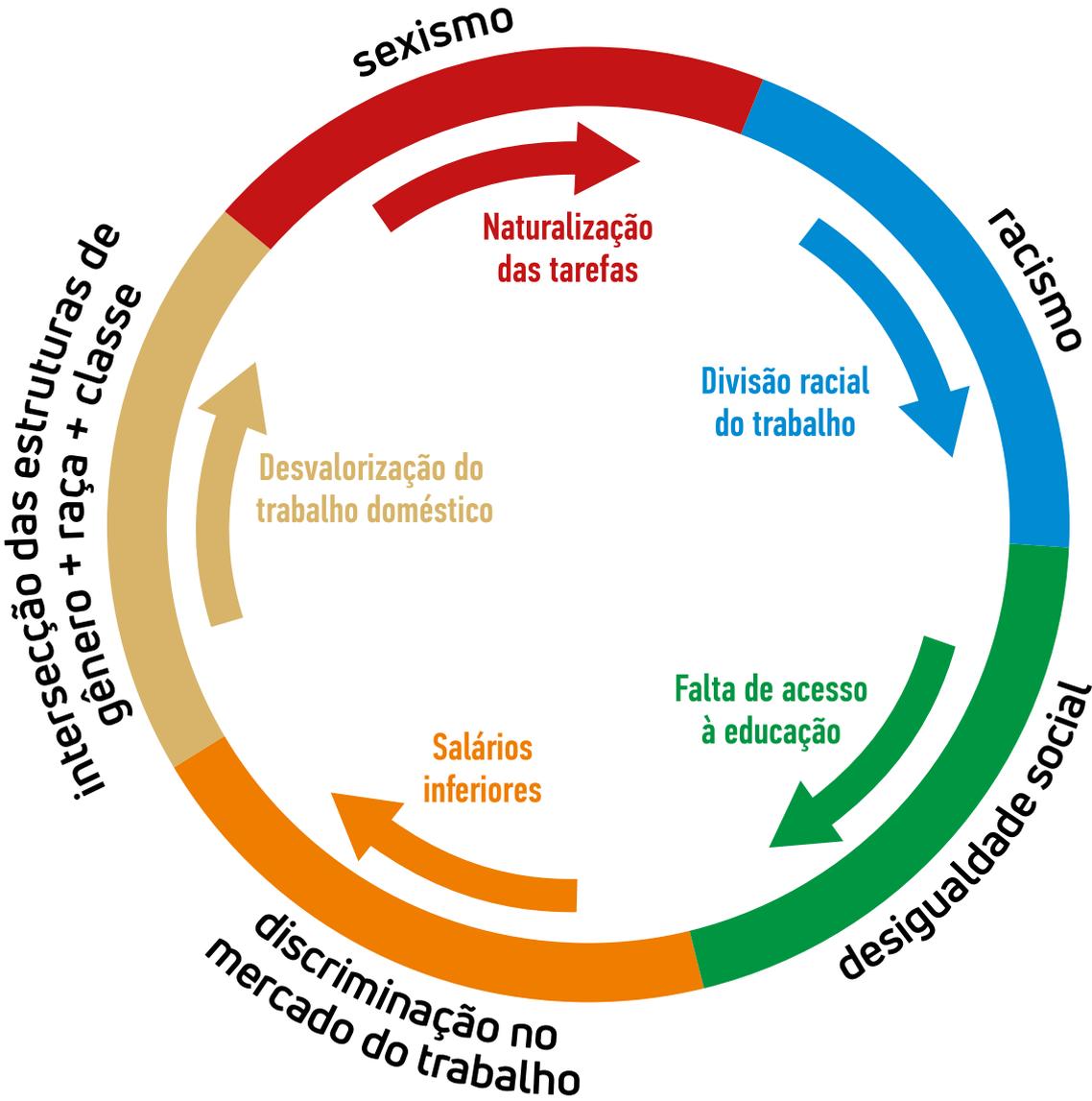
Em 2016, 6,158 milhões de pessoas trabalhavam como trabalhadoras e trabalhadores domésticos. Destes, 6 milhões, ou seja, 92% eram mulheres. Apenas 32% tinham carteira assinada e 42% contribuía para a previdência social.

É a principal ocupação entre as mulheres negras. Em 2015, cerca de 6 em cada 10 trabalhadores domésticos eram mulheres negras. No mesmo ano, a cada 4 mulheres negras trabalhadoras, 1 era trabalhadora doméstica.

Em 2015, entre as trabalhadoras brancas, 32,5% tinham a carteira assinada. Para as trabalhadoras negras, este percentual era de 29,3%. Ou seja, as trabalhadoras negras são a maioria no trabalho doméstico, mas têm menos chance de ter a carteira assinada.

Em 2015, 15,6% das meninas de 10 a 17 anos trabalhavam como trabalhadoras domésticas. Entre elas, 71% eram meninas negras. O trabalho doméstico infantil (realizado por pessoas com menos de 18 anos) é proibido no Brasil, por ser considerado perigoso e afetar negativamente o desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças e adolescentes.

Ciclo de desigualdades



História dos Direitos

Direito	Lei
Carteira Assinada	5.859/1972
Aposentadoria	5.859/1972
20 dias de férias	5.859/1972
Sindicalização	Constituição de 1988
Salário mínimo	Constituição de 1988
Irredutibilidade do salário	Constituição de 1988
13º salário	Constituição de 1988
Férias anuais remuneradas com acréscimo de pelo menos um terço	Constituição de 1988
Licença maternidade (120 dias)	Constituição de 1988
Licença paternidade (5 dias)	Constituição de 1988
Aviso prévio de no mínimo 30 dias (proporcional ao tempo de serviço)	Constituição de 1988
FBTS opcional	10.208/2001
Proibição da demissão arbitrária sem justa causa da trabalhadora gestante e por cinco meses após o parto	11.324/2006
Proibição do desconto do salário por alimentos e moradia	11.324/2006
Igualdade de direitos entre domésticas e demais trabalhadores, inclusive para as imigrantes	Convenção 189 da OIT 2011
Salário mínimo	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Irredutibilidade do salário	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
13º salário	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Férias remuneradas	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Licença maternidade	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Aviso prévio	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Aposentadoria	PEC 72/2013 - Lei Complementar 150/2015
Adicional noturno	Lei Complementar 150/2015
FGTS (passou de opcional para obrigatório)	Lei Complementar 150/2015
Indenização por demissão sem justa causa	Lei Complementar 150/2015
Seguro Desemprego	Lei Complementar 150/2015
Salário família	Lei Complementar 150/2015
Seguro contra acidente de trabalho	Lei Complementar 150/2015
Proibição do trabalho infante-juvenil	Lei Complementar 150/2015

QUESTIONÁRIO TRABALHO DOMÉSTICO

1. Em geral, quem realiza as tarefas de limpeza, cozinha e cuidado dentro de casa?

O homem A mulher Os dois

2. O trabalho doméstico é um setor onde tem mais mulheres do que homens empregados.

Verdadeiro Falso

3. No seu cotidiano de trabalhadora doméstica, você tem mais contato com o empregador ou a empregadora?

4. Você se define como:

Preta Parda Branca Indígena Outra

5. E a família para quem você trabalha, é:

Preta Parda Branca Indígena Outra

▶ Você já trabalhou para um empregador ou empregadora negro/a?

Sim Não

6. Quanto tempo você leva para ir ao seu trabalho?

30 mins 1h 1h30 2h Mais de 2h

7. A população no bairro onde você mora é parecida com a população do bairro onde você trabalha? Por que?

8. Cada mês, você ganha por volta de:

R\$ 600 R\$ 900 R\$1,200

R\$ 1,500 R\$ 1,800 R\$ 2,000

9. Você concorda com a ideia de que trabalho doméstico não gera lucro e não tem valor?

10. Em grupo de 2 ou 3 pessoas, discutir o que é trabalho.



Organização
Internacional
do Trabalho

